

MERCADO DE TRABALHO/ENSINO SUPERIOR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Formar para o desemprego

A imagem dos médicos recém-formados, alguns milhares de licenciados em História, não tendo obtido colocação no ensino, pretendem que o Estado lhe assegure um posto de trabalho. Desempregados, afirmam-se preteridos, na sua candidatura à docência, apenas pelo facto de não possuírem no *curriculum* disciplinas de carácter pedagógico. E consideram inaceitável a existência de tão elevado número de desempregados, mais de quatro mil, quando se encontram a leccionar pessoas sem habilitações adequadas e professores que acumulam o ensino oficial com o particular. Situação grave, aparentemente discriminatória, a posição dos doutores em História suscita uma questão de fundo: as universidades portuguesas estão a produzir cada vez mais licenciados que caminham para o desemprego.

Os licenciados em História, reunidos no Porto, propõem e reivindicam ao ministro da Educação medidas tendentes à resolução do seu problema. De imediato, desejam dispor de um esquema de transição que lhes permita adquirir a formação pedagógica necessária à sua entrada e integração na carreira docente do ensino oficial. Defendem a reestruturação das universidades clássicas — que deveriam ser orientadas para duas vertentes: pedagógica e científica —, no sentido de estas passarem a formar profissionalmente os seus discentes. Preconizam, ainda, outra via possível de emprego, a contratação de licenciados em História para o tratamento e reorganização de arquivos camarários e distritais, até porque grande parte do nosso rico património histórico e cultural se acha à beira da degradação. Nada a opor: é razoável o conjunto de medidas enunciado.

Equacionar eventualmente o problema daqueles milhares de licenciados em História não significa, todavia, resolver o problema de fundo. E este, linearmente, poderá resumir-se em dois pontos: o da obrigatoriedade ou não de o Estado empregar todos os licenciados que saem das universidades, por um lado; o do sistema do ensino superior em Portugal e das carreiras que o mesmo oferece por

outro. O primeiro, não merecerá aqui comentário desenvolvido. Nas universidades estão inscritos cerca de 80 mil alunos e seria impensável, por hipótese, o Estado garantir-lhes emprego. Ponderemos o segundo.

O sistema do ensino superior tem sofrido, depois do 25 de Abril, profundas alterações. De facto, a par das universidades clássicas foi criada uma rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico, de características mais regionalizantes. Objectivo: formar professores do ensino básico, técnicos qualificados no domínio industrial, agrícola, pecuário, florestal, da enfermagem e dos serviços. Visou-se, assim, não só proporcionar alternativas aos cursos anteriormente ministrados mas também adequar a formação dos novos licenciados às necessidades de desenvolvimento do País.

A reforma do sistema está longe de corresponder a tais necessidades. Prova-o o exemplo dos licenciados em História. Como não há praticamente investigação em Portugal, resta-lhes a tentativa de acesso ao ensino, para o qual, por falta de cadeiras pedagógicas no «curriculum», eles não estão preparados. Resta-lhes o desemprego ou *por o curso de lado*, enveredando por uma qualquer outra carreira ou profissão. A reforma do sistema não pode, pois, quedar-se por operações de *cosmética*, como se verificou em alguns cursos, ou por tímidas tentativas de resposta às solicitações exigidas pela modernização da economia e desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
<input checked="" type="checkbox"/> 16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de trabalho

